

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos. Qualquer texto com extensão aquém da mínima será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapasse a extensão máxima será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

EXAMINADORES:

Denise de Aragão Costa Martins

Gisele Gama Andrade

Stella Maris Bortoni-Ricardo

Leia os textos I e II abaixo.

Texto I

Nossa revolução

Sérgio Buarque de Holanda

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio — mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a idéia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal idéia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que “as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por vontade própria”¹.

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social — dizia — atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade, a

¹ Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil* (Lisboa, 1923), p. 78.

política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições”².

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parece-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos jurisconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação desta regularidade tem qualquer coisa de ominoso. Mais tarde, essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico. (...)

Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação esta que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

Raízes do Brasil. 24.ª ed. p. 126-142.

² Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro. Introdução a um Programa de Organização Nacional* (Rio de Janeiro, 1914), p. 88.

A questão da cidadania num universo relacional

Roberto DaMatta

Tome-se, por exemplo, um caso imaginário mas significativo. Como seria a chegada do grande observador Alexis de Tocqueville no Rio de Janeiro de hoje, entrando pelo Aeroporto Internacional do Galeão?

Veria, primeiramente, um sorriso luminoso das funcionárias de terra, moças elegantes nos seus bem talhados costumes, todas dispostas a contar uma anedota sobre o voo ou fazer uma confidência espirituosa sobre a linha aérea para a qual trabalham. Seriam até mesmo capazes de chamar o nosso aristocrata francês de Alex, pois na conversa formal para a intimidade a distância é tênue no Brasil. Encantado com esta recepção um tanto informal, Tocqueville baixaria por meio de uma escada rolante moderna para um outro andar. E, então, já significativamente *por baixo*, entraria numa fila para a apresentação do seu passaporte à Polícia Marítima e de Fronteira e outros corpos da nossa segurança pública. Com calor, e entrando numa gigantesca fila, ele (...) se perguntaria por que os brasileiros natos não seriam privilegiados em sua própria pátria, já que todos os países modernos dão aos seus cidadãos um conjunto de deveres, mas se abrem igualmente no reconhecimento de seus direitos, fazendo isso de modo franco, com satisfação. No Brasil, escreveria mais tarde Tocqueville no seu famoso diário de viagem: “a cidadania é definida negativamente neste país, visto que brasileiros natos têm de gramar na fila interminável para o controle dos passaportes, tanto quanto qualquer estrangeiro...” Ato contínuo a essa observação, ele notaria a total ausência de sinais de boas-vindas, tão comuns nos outros aeroportos internacionais do planeta. Diria intrigado de si para si: interessante como fui acolhido com intimidade pelas funcionárias lá em cima e agora, aqui embaixo, estou sendo simbolicamente repellido do modo o mais impessoal. É como se uma das mãos lavasse a outra...

Logo depois, entretanto, e já impaciente com a morosidade da fila, Tocqueville notaria mais intrigado ainda uma chamada de nomes! É que funcionários da polícia, devidamente identificados, gritam por nomes de passageiros. Alguns logo se apresentam e, com abraços ou apertos de mãos, saem incontinentemente da fila, ganhando o espaço livre onde estão a alfândega e suas malas. Inicialmente, o nosso observador francês pensa que esses são passageiros ilustres, talvez milionários, celebridades ou nobres. Mas logo descobre, perplexo, que muitos são simplesmente amigos ou parentes de pessoas que trabalham naquele local ou que têm amigos que ali trabalham. São, pois, aristocratas por acidente, mas o fato é que deixam todos com inveja quando saem da fila com ar meio envergonhado, mas felizes. Suado, cansado de esperar e intrigado com esse novo país que terá de entender, Alexis de Tocqueville bem poderia escrever na sua caderneta de campo: “Curioso país esse Brasil, feito de um credo liberal tão alardeado na base de suas instituições jurídicas, mas operando de modo a privilegiar as relações pessoais de modo tão flagrante. Vi na chegada ao Rio o estabelecimento de hierarquias inesperadas entre as pessoas, só porque algumas tinham conhecidos ou parentes entre os funcionários do aeroporto. Assim sendo, tais indivíduos eram chamados e deixavam as filas, mesmo quando tinham nos seus empregos e ocupações uma posição menos importante que a de muitas pessoas que continuavam nas filas. Observei, continuaria ele, que ser estrangeiro dava direito imediato a melhor tratamento do que ser um nativo. De fato, verifiquei que meu passaporte francês era quase mágico, evitando maiores delongas junto ao funcionário que manipulava um moderníssimo computador cujo banco de dados fica à disposição da polícia. Curioso, concluiria novamente o nosso imaginário e perplexo Alexis de Tocqueville, que num país tão pobre de recursos os bancos de dados ultramodernos tenham sido implantados primeiramente para o controle policial dos cidadãos do país e até hoje a pesquisa científica vegete em busca de verbas para essas máquinas. Será que o liberalismo brasileiro tem uma bela teoria da igualdade, mas na prática tudo é diferente?”

Mas qual será a moral da nossa fábula? Ora, ela nos diz que, em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos. E para complicar um pouco mais as coisas, revelando como elas não são nem estanques, nem lineares, pode-se pensar ainda naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”, uma forma de cidadania mais ou menos às avessas (como essa que mencionei acima), que: (a) seria reconhecida e definida por uma lei outorgada pelo Estado; e (b) estaria ligada a um “sistema de estratificação ocupacional” e “não a um código de valores políticos” (Cf. dos Santos, 1979:75). O resultado é uma nítida distinção de certas categorias ocupacionais que passaram a ter mais direitos que outras, gozando mais cedo e melhor de certos direitos universais (como férias e direitos de pertencer a um sindicato) que estariam teoricamente ligados à idéia geral do trabalhador-cidadão. Isso mostra como o papel do cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferencialmente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (Cf. DaMatta, 1979: 184 ss; Peirano, 1982, para considerações semelhantes).

A casa e a rua. p. 71-104 (com adaptação).

PARTE I – RESUMO

Resuma, em 200 a 250 palavras, exclusivamente com base nos textos I e II, a resposta às questões formuladas por Roberto DaMatta em continuação ao texto II.

“Mas qual é o mecanismo social para que tal variação venha a ocorrer? Ou melhor: por que a noção de cidadania sofre tal variação no Brasil, quando o que a caracteriza em sociedades como a inglesa, a francesa e a norte-americana é a sua invejável estabilidade?”

(valor: 40 pontos)

PARTE II – REDAÇÃO

Valendo-se da leitura dos textos I e II, disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho extraído de “Nativismo provisório”, de Euclides da Cunha:

“O nosso antilocalismo frisa pela parcialidade. Não há aplausos que nos bastem aos forasteiros disciplinados que nos últimos tempos transfiguraram as nossas culturas e se vincularam aos nossos destinos, nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo.

Somos adversários do nativismo sentimental e irritante, que é um erro, uma fraqueza e uma velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea. A este pseudopatriotismo, para o qual Spencer, na sua velhice melancólica e desiludida, criou a palavra “diabolismo”, deve antepor-se um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa *gens* complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa. E ainda quando nos turbasse um esmaniado jacobinismo, todo ele ruiria ao defrontar o quadro da imigração do Brasil: homens de outros climas que aqui se nacionalizam consorciados com a terra pelos vínculos fecundos das culturas.”

Extensão: de 400 a 500 palavras.

(valor: 60 pontos)

Cursos que Indicamos

Conheça os cursos e dê o próximo passo na sua preparação.

Clique na imagem ou no botão para acessar.



Código Matemática 2.0

Conhecer o curso



Curso Preparatório ENEM

Conhecer o curso



Curso Preparatório Redação ENEM

Conhecer o curso

